

A ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO BRASILEIRO*

Roberto Lobato Corrêa**

O que se segue constitui-se em uma reflexão a respeito da organização regional do espaço brasileiro. De fato, não se trata do resultado de uma pesquisa sistemática, direcionada para se redefinir a nova regionalização do país, mas sim de uma reflexão com base na experiência como consultor do Atlas Nacional do Brasil que o IBGE está fazendo.

Falar da organização regional do espaço brasileiro é algo muito complexo, pois se trata da regionalização de um país de grandes dimensões que tem passado por um complexo e desigual processo de diferenciação que envolve o espaço e o tempo. E mais, que envolve ritmos distintos de transformação e, ao que parece, tendem a se tornarem mais velozes ao final do século XX. Podemos, contudo, fazer uma reflexão sobre o tema em questão, apresentando-o em seus aspectos mais gerais e, após, tecer alguns questionamentos.

*Conferência realizada na Abertura da Xª Semana de Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 1989.

**Professor do Departamento de Geografia da UFRJ.

I

Os processos sociais e econômicos que a partir da década de 1950 passaram a atuar sobre a organização espacial brasileira geraram, entre outras conseqüências, uma nova regionalização caracterizada por três grandes regiões, o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia.

O **Centro-Sul** é definido pelas regiões do Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro do Sul) e mais as seguintes unidades da federação, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O **Nordeste** é constituído por oito Estados, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A **Amazônia**, por sua vez, é definida pelas unidades da região Norte (Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia) e mais os Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A organização regional do país que ora se apresenta difere da que ainda está vigente. Verifica-se, de um lado, a fusão das regiões Sudeste e Sul gerando o **Centro-Sul** que inclui ainda parte da antiga região Centro-Oeste. Esta, por outro lado, desaparece, parte passando a integrar o **Centro-Sul**, parte a **Amazônia**. O desaparecimento da região Centro-Oeste foi viabilizado pela fragmentação político-administrativa que ali se verificou na década de 80, a qual reflete, por sua vez, processos mais acentuados de diferenciação sócio-econômica do território. A **Amazônia** teve seu território ampliado, aproximando seus limites da denominada Amazônia Legal.

Mas deve-se considerar que a regionalização aqui apresentada está apoiada em limites formais, isto é, político-administrativos. Se considerarmos outros limites que os estaduais, veremos, com certeza, que o Nordeste avança pelo Norte mineiro, fato que a SUDENE reconhece plenamente. Veremos também que os chapadões sedimentares do oeste baiano, que passam por intenso processo de modernização agrícola, poderão estar incluídos na região **Centro-Sul** do país e não no Nordeste. Mas estes e outros acertos, contudo, não afetam a base da organização regional do país em três grandes regiões.

Trata-se, efetivamente, de três Brasís e não mais de dois como se referia Jacques Lambert em seu clássico "Os Dois Brasís". Mas os três Brasís estão articulados entre si e não mais desarticulados.

As três grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe. Ambos, por sua vez, impactaram sobre a natureza e a organização espacial prévia que já se caracterizava por enorme desigualdade.

A nova divisão territorial do trabalho desfaz e refaz a organização espacial e a cada etapa a desigualdade sócio-espacial é refeita; a regionalização é refeita, desfazendo antigas regiões que tiveram existência sob outros processos e condições. Neste aspecto o Brasil é um amplo laboratório de experiências já realizadas e a se realizarem, isto é, de construção e reconstrução do território.

As três grandes regiões diferenciam-se entre si em razão de apresentarem:

a) Distintas especializações produtivas, ou seja, diferenças naquilo que é produzido e no modo como a produção se realiza, envolvendo, de um lado, produtos distintos e, do outro, os meios de produção e as relações sociais de produção.

b) Distintos modos e intensidade como se verifica a circulação, o consumo e a gestão das atividades.

c) Distintas organizações espaciais, isto é, diferentes formas materiais, criadas pelo trabalho social, em seu arranjo espacial. A distinção refere-se à natureza e à densidade dos **fixos** criados pelo homem (campos, estradas, dutos, portos, cidades, etc.).

d) Distintos níveis de articulação interna, interregional e internacional.

II

O Centro-Sul pode ser definido como sendo a "core area" do país, o coração econômico e político da nação. As caracte-

rísticas que se seguem procuram dar conta deste caráter fundamental da região em tela.

a) Concentração dos principais centros de gestão econômica e política do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília constituem os três mais importantes, concentrando as sedes sociais das grandes corporações privadas vinculadas à produção, circulação e distribuição, das empresas estatais e do próprio aparelho de Estado. A metrópole paulista é, contudo, o grande centro nacional, a capital do capital, o principal centro de gestão e acumulação do país.

Na região **Centro-Sul**, entretanto, há outros centros que também exercem um significativo papel na gestão de atividades econômicas de amplo alcance espacial: os centros metropolitanos de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, mas também as cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Londrina, Blumenau, Joinville e Caxias do Sul, entre outras. E ainda cidades menores, que sediam poderosas empresas de atuação nacional, como são exemplos, entre outras, Criciúma, Concórdia e Videira.

b) Concentração da produção industrial do país. A atividade industrial está espacialmente organizada em quatro regiões industriais. A primeira, que tem seu epicentro em São Paulo, estende-se, de um lado à Baixada Santista e, de outro à cidade de Sorocaba; estende-se ainda pelo Vale do Paraíba até à metrópole carioca, prolongando-se pelo interior paulista através de cidades como Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. É a principal região industrial do país, diversificada e em expansão.

A segunda tem como centro a metrópole de Belo Horizonte, estendendo-se pela denominada "Zona Metalúrgica" (Conselheiro Lafaeite, Divinópolis, Sete Lagoas e Ipatinga estão aí incluídos). A terceira inclui os centros de Joinville, Blumenau, Brusque e outros, ou seja, o nordeste catarinense. A quarta, finalmente, estende-se de Porto Alegre a Caxias do Sul, englobando numerosos centros menores.

c) Urbanização, que decorre, em parte, de sua magnitude industrial. Na região **Centro-Sul** localiza-se o embrião de uma

ampla megalópole (São Paulo - Santos-Sorocaba-Vale do Paraíba-Rio de Janeiro-Campinas-Piracicaba-Ribeirão Preto), mas também de outras áreas urbanizadas como as de Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Goiânia, Brasília, do Norte do Paraná, Florianópolis, etc.

d) Densa rede de circulação, envolvendo os principais nós de circulação. Na região em questão estão os principais portos do país, Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Paranaguá e Rio Grande, os principais aeroportos, a rede rodo-ferroviária mais densa e a mais densa e intensamente utilizada rede de modernos meios de comunicação como o telex e o sistema Transdata. Esta densidade da rede de circulação, expressão das características apontadas acima, revela o forte grau de integração intrarregional; por outro lado, é a partir da região **Centro-Sul** que se dá a articulação nacional.

e) Principal área agro-pecuária do país. A importância do **Centro-Sul** aparece, em primeiro lugar, pela enorme variedade de sua produção que inclui produtos como o café, cana de açúcar, soja, algodão, trigo, laranja, milho, fumo, arroz, banana, uva, leite, lã, carne bovina e suína, e aves e ovos, entre outros. A esta enorme variedade acresce-se, em segundo lugar, o fato da região situar-se em primeiro lugar em valor e volume da produção em relação a esses produtos: poucos são aqueles com expressão econômica que são produzidos majoritariamente fora do **Centro-Sul**.

A região é aquela que mais foi afetada pelo processo de modernização da agricultura, incluindo não apenas os investimentos técnicos, mas também alterações na estrutura fundiária e nas relações de produção: a denominada "modernização dolorosa" foi mais sensível no **Centro-Sul**. Finalmente, é nesta região que se verifica uma mais nítida divisão territorial do trabalho, originando áreas especializadas ou com forte tendência à especialização produtiva.

f) Principal área em termos de mobilidade demográfica. A região **Centro-Sul** é o palco de fortes correntes migratórias internas que fluem para as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, provenientes de Estados como o Paraná e Minas Gerais

sobretudo. É também o mais importante foco de correntes migratórias oriundas do Nordeste, que têm na metrópole paulista o principal polo de atração: a região mais desenvolvida é, assim, a de maior mobilidade demográfica.

g) Concentração de renda. O desenvolvimento capitalista mais acentuado vai traduzir-se na concentração da renda no Centro-Sul, implicando em um mais elevado nível de consumo e no desenvolvimento maior das atividades terciárias. Como contraponto, contudo, a região apresenta uma crescente massa de pobres, concentrada especialmente nas periferias das grandes cidades, e constituída, em grande parte, por migrantes.

h) Principal área política do país. É a região de maior efervescência política, palco de conflitos sociais diversos, mais numerosos e evidentes.

i) Maior concentração de capital constante. Como resultado de uma mais intensa e complexa ação humana, é a região que apresenta maior concentração de estradas, cidades, hidroelétricas, etc., formas espaciais que ocupam mais densamente o território. Trata-se, por outro lado, das formas mais modernas que conferem, elevado valor ao espaço. Como estas formas definem a organização espacial, pode-se afirmar que esta é, no Centro-Sul, a de maior complexidade e densidade.

III

O Nordeste pode ser definido como a região das perdas. Das perdas econômica e demográfica, sobretudo, mas também, ainda que em menor escala, do poder político. O conjunto de perdas pode ser assim sistematizado:

a) Importância declinante da agropecuária no contexto nacional. O declínio já é antigo e pode ser caracterizado pela crescente menor importância da cultura canavieira, em parte sustentada por uma política protecionista, e pela queda da participação relativa na produção nacional de algodão, dois de seus mais tradicionais e importantes produtos. O cacau, produto que a Bahia detém, de longe, o primeiro lugar, está com a sua produção limitada, o que significa dizer peso declinante na

economia agro-pecuária do país. Por outro lado, os demais produtos que conferem ao Nordeste uma especialização produtiva, são de pequena expressão nacional: entre eles estão o agave e a mamona.

b) Perda demográfica. O **Nordeste** tem se caracterizado como uma área de expulsão demográfica que tem no **Centro-Sul** o tradicional polo de atração, especialmente as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Mais recentemente, após 1970, a **Amazônia** voltou a ser uma região de atração de nordestinos, que se dirigem especialmente para o leste paraense e a pré-Amazônia maranhense.

A mobilidade demográfica intrarregional é também acentuada, calcada em fluxos migratórios para as capitais estaduais, especialmente as metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza.

c) As perdas vão traduzir-se, também, pelo fato de suas atividades mais dinâmicas serem controladas de fora da região, estando voltadas para fora. A ação da SUDENE viabilizou esta perda do controle das atividades regionais mais dinâmicas, assim como outros grandes projetos ali implantados. Alguns recursos naturais e sobretudo o baixo custo da força de trabalho constituem a base dessas implantações que esvaziaram o **Nordeste** do controle de suas atividades mais modernas.

d) As perdas efetivadas sobre um espaço organizado de modo a voltar-se para fora ratificam o pequeno grau de articulação interna. O **Nordeste** caracteriza-se pela pequena divisão intrarregional do trabalho, e isto, aliado à forte integração-dependente ao **Centro-Sul**, faz com que as principais vias sejam direcionadas para a "core area" do país.

e) O baixo nível de renda da maior parte da população é outra característica regional. Associado a isto estão os índices baixos de escolaridade e qualidade de vida, e o índice elevado de mortalidade infantil, entre outros. Região pobre, contém, por outro lado, um limitado mas poderoso grupo de elevada renda que se especializa nas suntuosas orlas litorâneas das grandes cidades, locais de concentração da riqueza regional, gerada através do capital mercantil e fundiário.

f) Menor variedade e densidades das formas espaciais. Contrariamente à região **Centro-Sul**, o **Nordeste** caracteriza-se por um menor acúmulo de obras do homem sobre o território, sejam elas cidades, vias de comunicação, hidrelétricas, sejam campos agrícolas modernos. O território é, assim, menos valorizado e isto é, em um sentido relativo, uma expressão das perdas que caracterizam a região.

g) A despeito das perdas econômicas e demográficas, o **Nordeste**, contudo, apresenta no plano político uma importância desmesurada face ao que representa economicamente. A fragmentação político-administrativa aliada à força política e à aparente união dos grupos dominantes tradicionais e emergentes, tornam possível a venda da imagem do subdesenvolvimento regional, visando obter recursos públicos que, se não resolvem os problemas da região, contribuem para manter os grupos dominantes no poder.

V

A **Amazônia** é definida como a fronteira do capital. Trata-se, em realidade, de uma nova integração regional ao sistema capitalista, que se verifica pós-1970. Trata-se agora, diferentemente do que ocorreu no passado, quando do "boom" da borracha, de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional, e não ao capital mercantil simplesmente. A integração implica em:

a) Apropriação dos recursos naturais. Inclui estes recursos a própria terra, vista como reserva de valor, para exploração futura (grandes empresas nacionais e multinacionais possuem, cada uma, dezenas e mesmo centenas de milhares de hectares em terras), os diversos, minerais (ferro, bauxita, manganês, etc.), as madeiras e a terra barata, vista como possibilidade para a implantação pastoril.

b) Dizimação física e cultural da base social prévia. Esta dizimação refere-se, em primeiro lugar, aos índios e, em segundo lugar, à população longamente enraizada na região, com um modo de vida próprio, integrada aos recursos florestais. As áreas reservadas aos índios e o assassinato de Chico Mendes são

expressões mais dramáticas deste processo de dizimação física e cultural. A dilapidação da floresta é a expressão material da dizimação social.

c) Correntes migratórias para a região. Trata-se, de um lado, de um fluxo de migrantes constituído por excedentes da denominada modernização dolorosa do Centro-Sul: o destino destes migrantes tem sido Rondônia e Mato Grosso, mas o Acre e Roraima já recebem também levas de migrantes. De outro, trata-se de um fluxo de nordestinos, excedentes do atraso e da pobreza do mundo rural do **Nordeste**, que se dirige para o Maranhão e a porção oriental do Pará.

d) Investimentos pontuais de capital. A construção de hidroelétricas, aeroportos, portos, núcleos de mineração e de transformação industrial, e de um mais complexo "enclave" industrial (Manaus) são exemplos destes investimentos que viabilizam a integração regional ao sistema capitalista, seja consumindo produtos industrializados, seja através da criação de condições para a produção capitalista moderna.

e) Integração ao mercado do **Centro-Sul**, envolvendo tanto matérias-primas como produtos industrializados. A construção de rodovias ligando o **Centro-Sul** à **Amazônia** é a expressão mais visível desta integração. Primeiramente foi a rodovia denominada Belém-Brasília (em realidade trata-se de uma ligação São Paulo-Belém via Brasília) e após rodovias ligando, de um lado Santarém e, de outro, Porto Velho e Manaus, à rede viária da "core area". Deste modo a economia industrial do **Centro-Sul** encontra condições de penetrar de fato na **Amazônia**, desestruturando, em grande parte, uma circulação que assumia um padrão dendrítico, convergente para Belém, a tradicional metrópole regional.

f) Diferentes tipos de conflitos sociais. Envolve eles a grande empresa capitalista, o latifundiário pecuarista, a população indígena, os pequenos produtores, peões das fazendas, seringueiros e garimpeiros. A terra está no centro dos conflitos; trata-se de conflitos entre a reprodução do capital e a reprodução do pequeno produtor, de um lado, e entre ambos e a população indígena, de outro.

g) Continuidade do processo na década de 90. A **Amazônia** é

fronteira do capital também pelo fato de que há ainda muito espaço a ser ocupado, muito recurso a ser dilapidado, e muito conflito social a ser desenvolvido. Eventos que ocorrerão não apenas pela década de 90, mas também pelo século XXI.

Vamos agora indicar algumas questões para reflexão.

a) Que regiões menores podem ser identificadas no interior de cada uma das três grandes regiões identificadas? Que critérios devem ser adotados para isto?

b) As velhas regiões menores foram desfeitas ou ainda permanecem? Refiro-me às regiões como, por exemplo, o Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, o Agreste Pernambucano, a Zona da Mata Minerária, o Recôncavo baiano e o Mato Grosso de Goiás? Se foram desfeitas como o foram? Em que período? Através de que agentes sociais?

c) Que novas regiões menores surgiram no **Centro-Sul**? E no **Nordeste**? E na **Amazônia**, onde vários espaços foram profundamente transformados, desestruturados e reestruturados a partir de 1970? Quais foram os agentes sociais, em cada caso, responsáveis pela criação das novas regiões?

d) Qual a dialética da homogeneização/diferenciação ao nível do espaço intra-regional? O que é homogeneizado e o que é diferenciado? Quais as forças da homogeneização e de diferenciação? Quais os momentos do domínio de uma e de outra força?

e) Qual a relação entre regiões novas e velhas? Esta questão se justifica pelo fato de que no Brasil o processo de valorização do território se fez, em grande parte, através de frentes pioneiras que, a partir de regiões antigas, criaram novas regiões.

f) Com que rapidez está se dando o fazer e o desfazer de regiões no país? Em que medida o ritmo deste processo tem aumentado?

Estas são algumas questões sobre a temática em tela. Outras mais devem surgir. As respostas a umas e outras contribuirão para uma melhor compreensão da organização regional do espaço brasileiro e de sua dinâmica.